

SITUAÇÃO DO CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES NÃO DOMICILIADOS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL (2012-2013)

Flavio Fernando Batista Moutinho^{1,2}, Elmiro Rosendo do Nascimento¹, Rita Leal Paixão³

¹ Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense

² Centro de Controle de Zoonoses (CCZ/DEVIC) de Niterói-RJ

³ Instituto Biomédico da Universidade Federal Fluminense

E-mail: flaviomoutinho@id.uff.br

A grande densidade populacional de cães não domiciliados é uma realidade nos municípios brasileiros, trazendo problemas ao ambiente, à ordem urbana e à saúde coletiva. O presente estudo objetivou efetuar um levantamento das ações desenvolvidas por municípios do Rio de Janeiro, Brasil, no período 2012-2013, visando ao controle populacional de cães não domiciliados. Foi selecionada uma amostra estatisticamente significativa composta por 47 municípios, estratificada de acordo com as nove regiões de saúde existentes no Estado do RJ. Aos gestores dos serviços de controle de zoonoses dos municípios selecionados foi aplicado um questionário estruturado, após os mesmos assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados obtidos foram codificados, tabulados em planilhas do software Excel® e analisados com técnicas de estatística descritiva, utilizando-se o estudo das frequências e a verificação da significância estatística, com comparação entre as regiões. Somente 46,8% (n=22) dos municípios realizavam alguma ação relacionada ao controle populacional e as principais ações desenvolvidas eram as educativas, realizadas por 29,8% (n=8) dos municípios, esterilização gratuita de cães, realizada por 21,3% (n=10) e projetos de adoção de cães, realizados por 14,9% (n=7) dos municípios. Nenhum dos municípios avaliados realizava recolhimento e posterior eutanásia como estratégia de controle populacional de cães não domiciliados. Em 53,2% (n=25) dos municípios não era realizada nenhuma ação relacionada com o controle populacional de cães não domiciliados. Tal situação é muito preocupante e pode ser justificada pelo descaso, pela heterogeneidade social, política, econômica e cultural que acarreta respostas diferenciadas de acordo com cada realidade, pela falta de informação sobre o assunto e pela falta de uma política nacional para o setor. Conclui-se que as ações visando ao controle populacional de cães não domiciliados eram totalmente negligenciadas na maioria dos municípios avaliados, os quais não realizavam nenhuma ação visando a esse controle, em especial nas regiões Serrana, Metropolitana I, Norte e Noroeste. Além disso, as poucas ações desenvolvidas, em todas as Regiões de Saúde, eram fragmentadas e, de maneira geral, não seguiam um protocolo, evidenciando ausência de diretrizes nacionais ou estaduais para o assunto e ausência de prioridade para esta questão por parte dos municípios avaliados.

Palavras-chave: política pública; cão; controle populacional

PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE CACHOEIRAS DE MACACU, RJ, SOBRE GUARDA-RESPONSÁVEL DE CÃES

Elyzabeth C. Cardoso (Dra)¹, Flavio F.B. Moutinho (Dr)¹

¹ Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense – UFF

E-mail: elyzabethcardoso@hotmail.com

Dentro de um projeto de educação da população sobre valores humanitários e guarda-responsável desenvolvido de maneira inter-setorial pela Universidade Federal Fluminense, Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, RJ, e a Associação Cachoeirense de Proteção Animal, foi efetuado um levantamento com o objetivo de conhecer a percepção dos participantes em relação à guarda-responsável de animais domésticos. Para tanto foi aplicado um questionário, que foi respondido por 168 participantes. Os dados obtidos foram tabulados usando-se o programa Excel®, usando-se técnicas de estatística descritiva. Um percentual elevado de entrevistados não tinha animal (40,5%). Daqueles que os possuíam, 38,7% tinham cão, mas outros animais também foram citados, como gato e pássaros, dentre outras espécies possivelmente silvestres, o que reforça a necessidade do projeto abordar, de forma mais contundente, questões legais atinentes à caça e ao tráfico desses animais, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais (1). Verificou-se, também, que a maioria da população entrevistada possuía alguns hábitos condizentes com a guarda-responsável, como levar o cão à rua somente acompanhado (67%), recolher as suas fezes da rua (92%), vaciná-lo (87%), realizar controle de parasitas (71%) e levá-lo ao veterinário (51%) periodicamente. Além disso, uma pequena parcela dos respondentes demonstrou preocupação com o sofrimento dos animais errantes decorrente de abandono (26,30%), questão que deverá ser abordada em futuras palestras, haja visto o conhecimento demonstrado de que o cão errante é transmissor de zoonoses e causador de outros problemas por 58,9% dos respondentes (2). A eutanásia (4,8%) e o recolhimento para abrigo (56%) foram citados pelos entrevistados como as modalidades mais eficazes de controle de cães errantes, mostrando o desconhecimento dos mesmos acerca das ações que devem ser implementadas em um programa de controle populacional. Assim sendo, torna-se necessária a inserção da temática Controle Populacional nas atividades educativas, como forma de elucidação da população (3,4). Os entrevistados demonstraram entender que o controle dos animais errantes do município depende de ações implementadas em conjunto, pelo governo e pela sociedade (77%). Os resultados encontrados servem de indicativo para correções necessárias nos conteúdos abordados nas atividades educativas e demonstram a importância do desenvolvimento dessas atividades educativas para o esclarecimento da população.